



PABLO GIOVANNI (INTERINO)  
pablo.giovanni.df@dabr.com.br

Renato Alves/Agência Brasília



## Ibaneis: "Celina será eleita governadora"

A corrida pela cadeira no Palácio do Buriti nas eleições de 2026 ganhará mais nomes em 2025. Mas no cenário atual, o nome tido como certo para a disputa é o da vice-governadora Celina Leão (PP), apresentada pelo governador Ibaneis Rocha (MDB) em algumas agendas ao longo deste ano. Ontem, durante um almoço em uma churrascaria no Guará, o emedebista reforçou seu desejo publicamente.

Ibaneis projetou 2026 — ano das eleições — e destacou seu objetivo de reafirmar a posição da centro-direita na capital federal, que tem superado partidos alinhados à esquerda nos últimos anos. "Para isso, vamos ter à frente, nos liderando, a vice-governadora Celina Leão, que certamente será eleita governadora do Distrito Federal com o apoio de todos, de todos os políticos desta cidade que querem o bem", afirmou o governador.

Ibaneis não esconde que Celina é sua escolha para a disputa, mas o nome que comporá a chapa com a progressista ainda é uma incógnita. Avalia-se que há tempo suficiente para definir os demais nomes. O futuro do governador também permanece incerto: embora seu nome seja cotado para o Senado, ele não descarta a possibilidade de tirar um período de descanso. Todas as definições ocorrerão em 2025.

### Fundo Constitucional

Na agenda, Ibaneis criticou duramente Erika Kokay (PT) e o deputado Professor Reginaldo Veras (PV-DF) por terem votado contra o texto do relator Isnaldo Bulhões (MDB-AL), que retirou o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) do ajuste fiscal proposto pelo governo federal. O governador afirmou que ambos são "maus exemplos" e acusou-os de querer "o mal de Brasília".

### Erika reage

À coluna, Erika justificou seu voto contrário, explicando que se opôs às alterações no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e não ao FCDF, que, segundo ela, já estava garantido fora do pacote. Em post na noite de ontem, a petista acrescentou: "O relatório que votamos já havia excluído os ataques ao FCDF e não tinha nada a ver com o DF", escreveu Erika.

### E Veras também rebate

É o mesmo caso de Veras. Ele afirmou que o FCDF não foi o motivo de seu voto, uma vez que o fundo estava assegurado independentemente do texto. "O FCDF fora do texto me deu mais tranquilidade ainda para votar contra, mas tirar direitos de idosos e pessoas com deficiência, nem pensar", declarou.

### Pdot deve chegar no primeiro semestre

Com a chegada de 2025, uma das certezas entre deputados ouvidos pela coluna é de que a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot) deve ser encaminhada à Câmara Legislativa (CLDF) ainda no primeiro semestre do ano. Segundo as projeções dos parlamentares, caso a medida se confirme, este será o projeto mais relevante a ser votado no próximo ano legislativo.

No entanto, tanto deputados da base quanto da oposição ainda desconhecem quais serão os projetos prioritários a serem enviados pelo Executivo. A falta de previsibilidade tem sido motivo de críticas de alguns ao longo do último semestre, período em que divergências entre o governo e o Legislativo paralisaram temporariamente a tramitação de algumas pautas do Buriti.

Minervino Junior/CB/D.A. Press



### Data para prevenção ao consumo de álcool entre jovens é sancionada

O governador Ibaneis Rocha sancionou ontem a criação do Dia Distrital de Prevenção ao Consumo de Alcool por Crianças e Adolescentes no calendário oficial de eventos do DF. A proposta, de autoria do deputado Rogério Morro da Cruz (PSD), se baseia em dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) que apontam o consumo precoce de álcool como uma das principais causas de acidentes, violência e problemas de saúde mental entre jovens, especialmente antes dos 15 anos.

A data será celebrada anualmente em 20 de fevereiro. O texto prevê a realização de palestras, debates, feiras e outras ações educativas, em parceria com organizações civis e instituições privadas, para conscientizar a população sobre os riscos do consumo precoce de bebidas alcoólicas.

### SSP-DF lança totens de segurança

A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF) inaugura, hoje, totens de segurança no Setor Comercial Sul e na Praça do Relógio, em Taguatinga. A iniciativa, em parceria com a Polícia Militar (PMDF), tem como objetivo reforçar a sensação de segurança, atender emergências, reduzir índices criminais e auxiliar em investigações. A tecnologia dos totens integra câmeras de alta definição, botões de emergência e sistemas de comunicação direta com as forças de segurança.

### Advogado passará ano-novo no Guarujá

Condenado a nove anos e seis meses de prisão por tentativa de homicídio contra a servidora Tatiana Matsunaga em 2021, o advogado Paulo Ricardo Moraes Milhomem busca retomar a vida profissional e obteve uma vitória na Justiça na última semana. Em regime aberto desde agosto, ele conseguiu autorização judicial para remover a tornozeleira eletrônica e foi liberado para passar o Natal e o ano-novo no Guarujá, litoral paulista. O advogado atropelou Tatiana após uma briga de trânsito, no Lago Sul.

A defesa de Milhomem argumentou que o uso do dispositivo vinha causando prejuízos à rotina do advogado, impedindo-o de participar de compromissos profissionais e sociais, além de provocar "constante constrangimento" em situações públicas.

No outro lado, a mais recente atualização sobre o estado de saúde de Tatiana foi registrada em um processo que tramita na 4ª Vara Cível de Brasília. No processo, ela relatou ter ficado internada por quase três meses, sofrendo uma extensa falha craniana que exigiu a realização de uma cranioplastia para reconstrução do crânio. Contudo, seu aspecto físico nunca foi totalmente recuperado, e ela perdeu parte de seu campo visual devido a uma lesão neurológica provocada pelo traumatismo craniano. Em 13 de dezembro, a Justiça condenou Milhomem ao pagamento de R\$ 168 mil por danos materiais e morais.



Divulgação/PCDF

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos\_cb

**ATENTADO /** Na vespéra do Natal de 2022, Brasília ganhava o noticiário nacional por conta de uma tentativa de explodir um caminhão-tanque próximo ao terminal internacional. Os três envolvidos na trama estão em processo de ressocialização

# Ataque ao aeroporto completa 2 anos

» PABLO GIOVANNI

Há dois anos, Brasília parava. O noticiário nacional voltava seus olhares para a capital federal, não para celebrar o Natal que marcava, para muitos, o primeiro ano após o difícil período da pandemia de covid-19, mas para informar sobre um frustrado atentado terrorista nas proximidades do Aeroporto Internacional de Brasília. Três homens, integrantes do movimento golpista acampado em frente ao Quartel-General do Exército, tentaram explodir um caminhão-tanque com 63 mil litros de que-rosene. Todos os envolvidos no plano já estão em processo de re-integração à liberdade, apesar de viverem com restrições.

O objetivo do trio, formado por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), era instaurar um estado de sítio. Eles também planejaram a explosão de bombas em pontos estratégicos da capital federal às vésperas do Natal. O artefato próximo ao aeroporto chegou a ser armado, mas falhou no momento da ativação. Caso o plano tivesse sido executado, teria sido um dos maiores atentados terroristas da história do Brasil. Após a tentativa frustrada, a Polícia Militar foi acionada e conseguiu desativar o explosivo,

Minervino Júnior/CB/D.A. Press



Esquadrão anti-bomba do Bope e Polícia Federal atuaram na ameaça de bomba no aeroporto

e George Washington de Oliveira Sousa, apontado como o mentor da ação, foi preso pela Polícia Civil horas depois, em uma operação conduzida pela 10ª Delegacia de Polícia (Lago Sul). No imóvel alugado por ele, as autoridades encontraram um arsenal com explosivos e munições.

George foi condenado a nove anos e oito meses de prisão, além de 55 dias-multa. Desde maio, cumpre pena em regime semiaberto com trabalho externo. Ele também foi incluído na lista da

Vara de Execuções Penais (VEP) para o benefício da saída temporária de Natal, entre os dias 22 e 27 de dezembro. Para obter o benefício, ele leu livros na prisão e recebeu visitas regulares na Penitenciária da Papuda. Apesar da concessão do "saída", George ainda precisa retornar à prisão para permanecer diariamente.

Alan Diego dos Santos Rodrigues, outro envolvido no caso e réu confesso por ter colocado a bomba no caminhão-tanque, foi condenado a cinco anos e quatro

meses de reclusão. Desde julho, cumpre pena em regime aberto na cidade de Comodoro (MT), onde não pode dormir fora de casa. Apesar disso, seu paradeiro atual é incerto. As últimas informações indicam que ele está desempregado, realizando "bicos" na região.

O terceiro participante da trama é o blogueiro Wellington Macedo de Souza, que esteve foragido após o atentado e o envolvimento em uma tentativa de invasão ao prédio da Polícia Federal. Preso em setembro do

ano passado no Paraguai, pela Interpol, e entregue às autoridades brasileiras, Wellington foi condenado a seis anos de prisão. Desde o início deste mês, cumpre pena em regime semiaberto, mas não teve direito à saída temporária devido a um mandado de prisão ainda ativo, expedido pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Desde maio, parte do inquérito tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), sob a relatoria do ministro Alexandre de Moraes. À época, Moraes identificou conexões entre o caso e supostos crimes contra o Estado Democrático de Direito, em linha com outros inquéritos em andamento na Corte. Recentemente, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, apresentou uma manifestação apontando possíveis irregularidades no cumprimento da pena de Alan Diego dos Santos Rodrigues, solicitando esclarecimentos à Vara de Execuções Penais (VEP) de Comodoro.

Em resposta, o ministro determinou que a VEP forneça, em até cinco dias, informações detalhadas sobre as alegações levantadas pela PGR. Além disso, ordenou à 8ª Vara Criminal de Brasília que envie, no mesmo prazo, a íntegra dos arquivos audiovisuais do

processo que resultou na condenação dos três envolvidos.

### Segurança pública

O episódio evidenciou a vulnerabilidade da segurança na capital federal. Para o professor de direito especialista em segurança pública Júlio Hott, Brasília é frequentemente palco de manifestações de grande escala, como a que ocorreu nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro e a tentativa de explosão no aeroporto. Ele destacou que, apesar da criação de uma divisão de antiterrorismo na Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), ainda há espaço para melhorias.

"Esse avanço é importante, mas insuficiente. A segurança pública no Distrito Federal sofre com a divisão entre as polícias Civil e Militar, que ainda não compartilham um sistema unificado de registros. Em São Paulo, por exemplo, a Polícia Civil já possui um sistema integrado. Aqui, dados relevantes continuam fragmentados", avalia.

"A Polícia Militar realiza diversos atendimentos que não se tornam ocorrências criminais, mas que poderiam alimentar uma base de dados integrada. Essa falta de articulação compromete a eficácia da segurança pública", completou.